



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

DISCURSO E TABU: UMA ANÁLISE DO(SEM-) SENTIDO DO INCESTO CONSENTIDO

Márcia Helena Franco Santos Godoy (PG-UEMS/NEAD)

Marlon Leal Rodrigues (CEPAD/NEAD/UEMS)

Resumo: Este artigo trata da análise de um fragmento de uma narrativa erótica que aborda o tabu do incesto como temática, sopesando o que a Análise do Discurso identifica como “sentido” (ou “sem-sentido”). Considerou-se, para tanto, a possibilidade de que, mesmo silente, o envolvimento sexual entre consanguíneos e afins é bastante comum e nem sempre corresponde a um ato delitivo, pois pode ser manifestado de maneira consentida por indivíduos dotados de plena capacidade física e mental. Com o objetivo de contribuir a reflexões acerca do incesto perpetrado com a aceitação de praticantes juridicamente capazes (maiores de idade e em condições de normalidade físico-intelectual), elegeram-se, como material para este estudo, partes de um texto erótico coletado em sítio da *internet*, divulgado em Língua Portuguesa. Tem-se, como problema central, a atribuição de (sem-)sentido ao discurso de sujeito que justifica a prática incestuosa que, por ser factualmente consentida, não implica em abuso sexual, mas que, mesmo assim, não parece ser moralmente aceita ou socialmente justificável. Optou-se, na fundamentação teórica, pelas contribuições de Pêcheux (2002), Orlandi (2012), Freud (1910) e Lévi-Strauss (2011). Quanto à metodologia, elencaram-se e foram discutidos fragmentos de um relato que, mesmo que não tenha sido vivenciado, materializa o interesse por relações sexuais entre familiares. Como a proibição do incesto é considerada um marco histórico da passagem do estado natural do ser humano ao estágio cultural, os resultados deste trabalho correspondem a uma introdução à abordagem discursiva de (sem-)sentidos na transgressão de um dos mais intrigantes tabus da humanidade.

Palavras-chave: *Análise do Discurso; tabu; sentido; incesto consentido.*

Abstract: This article is about the analysis of a fragment of an erotic narrative that approaches the taboo of the incest as theme, weighing what the Discourse Analysis identifies as “sense” (or “non-sense”). It was considered the possibility that, even silent, the sexual involvement between consanguineous or similar is quite common and not always corresponds to a criminal act, because it can be manifested in consent by individuals endowed with full physical and mental capacity. Aiming to contribute reflections about the perpetrated incest accepted by juridical capable practitioners (majors and in normal physical-mental conditions), where elected, as a study material, parts of an erotic text found on a website, released in



Portuguese Language. It has, as a central problem, the assignment of (non-) sense to the speech subject that justifies the incest, when consented, is not a sexual abuse, but nevertheless, doesn't seem to be morally accepted or socially justified. Was chosen, theoretical, the contributions of Pêcheux (2002), Orlandi (2012), Freud (1910) and Lévi-Strauss (2011). Regarding methodology was discussed fragments of a report that even not experienced, materializes the interest for sexual relations between familiars. As the prohibition of the incest is considered a landmark from the natural state of the human being to the cultural stage, this work results correspond to an introduction to the discursive approach of (non-) sense at the transgression of one of the most intriguing humanity taboos.

Key-words: *Discourse Analysis; taboo; sense; consented incest.*

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que qualquer forma de expressão humana somente é possível graças à linguagem. Tem-se, dessa maneira, que, mesmo quando se intenciona proibir uma manifestação verbal ou comissiva, por particularidade sacra ou nefasta, a linguagem é o expediente utilizado como meio a tal tolhimento. Logo, pode-se considerar que foi a apropriação linguística que legou ao ser humano a possibilidade de transpor sua subordinação aos desejos naturais e que o direcionou à sua atual condição de sujeito.

A abordagem dos tabus, nesse contexto, deve-se à linguagem, e os estudos de tais interditos tiveram grande contribuição a partir das propostas da Psicanálise e do Materialismo. Assim, a evolução humana e científica tornou possível que a condição sagrada e/ou proibida de alguns fenômenos fosse questionada, considerando-se o humano como uma criatura material que, ao racionalizar sobre sua condição biológica, é percebido como um ser histórico, ideologicamente construído.

A Análise do Discurso, por sua condição disciplinar intermeada (interseccionada entre a Linguística, o Materialismo e a Psicanálise), parece ser afeita às pesquisas de formações e rupturas dos tabus, pois expõe a opacidade dos discursos que os justificam. Considerando a importância irrefutável do simbolismo das representações de fenômenos tabuístas, serão considerados, neste trabalho, possíveis significados de uma construção discursiva que tematiza um dos mais inquietantes tabus sociais: a proibição do incesto.



Com interesse nessa problemática, a proposta deste artigo é apresentar uma análise discursiva de um fragmento de narrativa erótica que aborda a violação do tabu do impedimento irrestrito do incesto, sopesando o que a Análise do Discurso identifica como “sentido” (ou “sem-sentido”). Dessa forma, acredita-se que pode ser iniciada a verificação da ideologia e das denotações do impedimento histórico-social dos relacionamentos sexuais entre parentes.

Partiu-se, para tanto, da proposição de que, mesmo ocultado pelo silêncio, o envolvimento sexual entre consanguíneos e afins é bastante comum e nem sempre corresponde a um ato delitivo, pois pode ser manifestado com mútuo consentimento por pessoas física e mentalmente capazes. Logo, tem-se, como objeto precípuo, a análise dos (sem-) sentidos do discurso da prática incestuosa que não implica em violência, mas que, mesmo assim, não é considerada, socialmente, moral ou justificável.

A partir dessas considerações, este trabalho foi incitado pelos seguintes e iniciais questionamentos: A Análise do Discurso pode contribuir às pesquisas interessadas nas formações históricas dos tabus? Como se fundamentam os discursos que propagam a violação ao interdito da proibição irrestrita ao incesto? Quais são os sentidos e os sem-sentidos atribuídos, discursivamente, à manifestação da prática incestuosa que, por não corresponder a um ato delitivo, pode ser compreendido como consentido?

Metodologicamente, após a indispensável fundamentação do estado da arte, elencou-se e foi discutido, quanto a possíveis atribuições de (sem-) sentidos, um fragmento de relato erótico (coletado em sítio de idioma pátrio na *internet*). Acredita-se que tal *corpus*, mesmo que não corresponda à representação de experiência real, materializa, por manifestação linguística, o interesse pelo acontecimento de relações sexuais entre familiares e a despreocupação quanto a possíveis repreensões morais.

Inicialmente, são discorridas fundamentações relativas à Análise do Discurso, de forma específica quanto à sua abrangência, ao assujeitamento dos indivíduos provocado pela ideologia e à formação de significados. Na sequência, tratam-se questões relativas à formação dos interditos humanos, interessando-se pelas implicações do assujeitamento como tentativa de latência de desejos naturais dos seres. Finalmente, recorta-se o universo discursivo e classifica-se o texto escolhido para análise dos (sem-) sentidos.

Lembra-se que, no desenvolvimento humano, muitos interditos considerados basilares foram infringidos e legados à modernidade como manifestação de intolerância. Como a proibição do incesto é



considerada um marco histórico da passagem do estado natural do ser humano ao estágio cultural, os resultados deste trabalho podem ser relevantes, pois correspondem a uma introdução à abordagem dos (sem-) sentidos discursivos atribuídos à transgressão de um dos mais intrigantes tabus da humanidade.

2. ANÁLISE DO DISCURSO: A IDEOLOGIA, O ASSUJEITAMENTO E OS SENTIDOS

Ao apresentar uma análise da preocupação humana quanto à relação entre as palavras e o mundo, Araújo (2004, p. 09) expõe que “sem linguagem, não há acesso à realidade. Sem linguagem, não há pensamento”. Justificando o valor desse termo, essa pesquisadora esclarece que “é na e pela linguagem que se pode não somente expressar ideias e conceitos, mas significar como um comportamento a ser compreendido, isto é, como comportamento que provoca relações e reações” (ARAÚJO, 2004, p. 09).

Ao falar de possibilidades de pesquisas, Rocha Neto (2011, p. 39) assevera que “existem várias maneiras de se estudar a linguagem, da gramática à linguística todos fazem um recorte necessário à sua investigação”. Nessas abordagens, conforme Orlandi (2012-A, p. 15), “estudiosos começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular que é a que deu origem à Análise do Discurso” que, “como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática [...]. Ela trata do discurso”.

A partir da fundação, por Michel Pêcheux (1938-1983), da Escola Francesa de Análise de Discurso, na década de 1960, a linguagem foi teorizada de forma distinta, passando a ser entendida como a materialização/manifestação da ideologia. Essa ruptura científica marcada pelo interesse às releituras da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise mostra que a linguagem não se reduz à expressão do pensamento, nem é mero instrumento de comunicação.

Nesse mister, para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163-164), a Análise do Discurso sopesa:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações , compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria das determinações históricas dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Maingueneau (1993, p. 11) esclarece que a Análise do Discurso “se refere à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas”, enquanto as reflexões de Orlandi (2012-A, p. 19-20) acerca dos fundamentos da Análise do Discurso mostram que:

- a. a língua tem sua ordem própria mas só e relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
 - b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
 - c. o sujeito da linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo com elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.
- As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós.

Para Pêcheux (2002, p. 56), “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”. Esse entendimento fundamenta a ideia de Orlandi(2012-A, p. 15), para quem “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Tem-se, portanto, que uma das possibilidades de abordar a linguagem é utilizando-se das fundamentações da Análise do Discurso, que constitui uma disciplina entremeadada Linguística, na Psicanálise e no Marxismo. Ao considerar o discurso como manifestação inequívoca de práticas sociais, torna-se importante abordar a função da ideologia no processo de transformação dos indivíduos em sujeitos e na formação dos sentidos que se mobilizam nesse assujeitamento, como se verá, a seguir.

2.2A Ideologia, o Assujeitamento e os (Sem-) Sentidos

Sabe-se que a Análise do Discurso, ao se comprometer com a pesquisa sobre a ideologia, interessa-se pelo que Chauí (1984, p. 78) chama de “[...] um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”. Conforme explica Althusser (1985, p. 81), “a expressão: ideologia foi forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos e que designava por objeto a teoria (genérica) das ideias”.



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

As contribuições althusserianas esclarecem, ainda, que a ideologia promove, nos indivíduos, uma chamada irresistível ao posicionamento discursivo, tornando-os sujeitos que, desde sempre, são ideologicamente influenciados. Para esse autor, mesmo antes do nascimento, um bebê já se mostra constituído como sujeito, pois está definido que assim será, “[...] através de e na configuração ideológica familiar específica na qual ele é ‘esperado’ após ser concebido” (ALTHUSSER, 1985, p. 98).

Dessa forma, percebe-se que não há indivíduo que não se constitua sujeito e que não esteja irremediavelmente ligado à ideologia, mesmo que acredite ser isento a tal interpelação. A linguagem, para a Análise do Discurso é uma operação simbólica comissiva e transformadora, pois “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc” (ORLANDI, 1998, p. 17).

Percebe-se, então, que, desde o nascimento, os indivíduos se encontram assujeitados, porque não há interação social que não esteja vinculada a uma realidade previamente determinada. Assim, é através da ideologia que os sujeitos e grupos se reconhecem como pertencentes a uma idêntica ou diferenciada organização e é tal construção ideológica que determina a forma das dinâmicas sociais, preferencialmente perpetuando o entendimento de que tudo é como é porque assim sempre foi.

Garcia (1990, p. 51) mostra que “os grupos que propagam suas ideias, geralmente procuram evitar que os receptores possam perceber a realidade por outro prisma que não aquele que lhes é proposto”. Esse conflito harmoniza-se à questão dos sentidos, pois Orlandi (2012-A, p. 21) explica que “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos”.

Ainda para Orlandi (2012-B, p. 21-22), a Análise do Discurso, efetivamente, “interroga a interpretação”, mostrando “[...] a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique”. Assim, “o objetivo da análise de discurso é [...] explicitar como um texto produz sentido” (ORLANDI, 2012-B, p. 23).

Entende-se, dessa maneira, que, afetados pela ideologia, os indivíduos assujeitados disseminam e captam significados, em todas as interações sociais a que se submetem, desde o nascimento, pois não há sujeito que não esteja inserido em um contexto histórico e político, mesmo que não seja consciente dessa condição. Assim, conforme a posição social que ocupa, os sujeitos promovem sentidos, que, para Orlandi (2012-A, p. 39):

[...] resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados, ou possíveis.

O trabalho orlandiano destaca, também, que, “os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. [...] Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua”, ou seja, sentido, “na realidade é um efeito ideológico” (ORLANDI, 2012-A, p. 42-43). Assim, pode-se entender que, para a Análise do Discurso, sentido é aquilo que, intencionando a condição simbólica, imputa significado por meio da ideologia e dos interesses que prevalecem nos sujeitos.

Fundamentando-se novamente na produção de Orlandi (2012-B, p. 167), explica-se que, para a Análise do Discurso, o “sem-sentido [...] resulta de um esgotamento, de processos pelos quais as coisas perdem o sentido, ou simplesmente não fazem sentido”, diferente do que se entende por “não-sentido”, que “[...] em uma relação com a memória discursiva, é o irrealizado, aquilo que não faz mas pode vir a fazer sentido”.

Essas exposições teóricas são fundamentais à proposta deste trabalho, pois serão sopesados, na análise do *corpus* escolhido para estudo, a função da ideologia mantenedora do tabu da proibição do incesto e os (sem-) sentidos que a representam, evidenciando o assujeitamento dos indivíduos e a importância da Análise do Discurso à temática. Assim, na sequência, traçam-se considerações sobre o fenômeno dos tabus e seu aparente interesse de tornar latentes os desejos humanos.

3. TABUS: A LATÊNCIA DE DESEJOS E A PROIBIÇÃO DO INCESTO

Sobre “tabu”, Freud (1910, p.121) explica que esse é:

[...] um termo polinésio. É difícil para nós encontrar uma tradução para ele, desde que não possuímos mais o conceito que ele conota. A palavra era ainda corrente entre os antigos romanos, cujo ‘sacer’ era o mesmo que o ‘tabu’ polinésio. Também o ‘ayos’, dos gregos e o ‘kadesh’ dos hebreus devem ter tido o mesmo significado expressado em ‘tabu’ pelos polinésios e, em termos

análogos, por muitas outras raças da América, África (Madagascar) e da Ásia Setentrional e Central.

O significado de 'tabu', como vemos, diverge em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, 'sagrado', 'consagrado', e, por outro, 'misterioso', 'perigoso', 'proibido', 'impuro'. O inverso de 'tabu' em polinésio é 'noa', que significa 'comum' ou 'geralmente acessível'. Assim, 'tabu' traz em si um sentido de algo inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições. Nossa acepção de 'temor sagrado' muitas vezes pode coincidir em significado com 'tabu'.

Para o fundador da Psicanálise (FREUD, 1910), as proibições dos tabus não têm fundamento nem origem conhecida, embora sejam tratadas como situações naturais. Sabe-se que as abstinências propostas pelos interditos correspondem ao mais antigo código de leis da humanidade, tendo uma formação mais remota que deuses e religiões. Acreditava-se, no início da História da Humanidade, que, sendo violados, os próprios tabus se responsabilizavam pela punição aos violadores.

Pode-se considerar que, no início da formação social humana, sempre que temia algum perigo, as pessoas instituía um tabu para minimizar a ameaça. Nesse contexto, ao determinarem uma proibição, os sujeitos manifestaram a imposição de lei e, como ensina Lévi-Strauss (2011, p. 45), “em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter a certeza de estar numa etapa de cultura”, isto é, os interditos marcam a passagem do estado natural ao estágio cultural da humanidade.

Os tabus parecem funcionar como uma tentativa de freio aos desejos naturais, considerando-se que, como corrobora Freud (1950), é intrincada a percepção de que os desejos humanos precisam ser repreendidos por regras, pois não há leis que determinem que os homens devam se alimentar ou que os impeçam de se ferirem no fogo, pois eles se alimentam e não se queimam por medo de penas naturais, não legais. Logo, as leis apenas proíbem de serem realizadas as ações que as vontades inclinam.

Nesse prisma, a existência dos interditos somente reforça o entendimento de que determinadas proibições se prestam a refrearem vontades humanas, impondo um sentido de aversão a certos atos que, apesar de serem naturais, poderiam causar prejuízos aos interesses da coletividade. Considerada por Lévi-Strauss (2011, p. 63) como “[...] o processo pelo qual a natureza se ultrapassa a si mesma”, a proibição do incesto corresponde a um intrigante tabu social.

Ao resumir o problema teórico-histórico da proibição da prática sexual entre parentes, Lévi-Strauss (2011, p. 62) explicou que:

[...] os antigos teóricos que se dedicaram ao problema da proibição do incesto colocaram-se em um dos três pontos de vista seguintes: alguns invocaram o duplo caráter, natural e cultural, da regra, mas se limitaram a estabelecer entre um e outro uma relação extrínseca, constituída por uma atitude racional do pensamento. Outros, ou quiseram explicar a proibição do incesto, exclusivamente ou de maneira predominante, por causas naturais, ou viram nela, exclusivamente ou de maneira predominante, um fenômeno de cultura. Verificamos que cada uma dessas três perspectivas conduz a impossibilidades ou a contradições. Por conseguinte, só resta aberto um único caminho, o que fará passar da análise estática à síntese dinâmica. A proibição do incesto não é nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Constitui o passo fundamental graças ao qual, mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza à cultura.

Ao falar da proibição do incesto, Lévi-Strauss (2011) mostra como as interdições ao acesso irrestrito às mulheres foram fundamentais ao desenvolvimento dos grupos humanos. O trabalho de Freud (1950, p. 90), por outro viés, aponta que “as mais precoces excitações sexuais dos seres humanos muito novos são invariavelmente de caráter incestuoso e que tais impulsos, quando reprimidos, desempenham um papel que pode ser [...]forças motivadoras de neuroses, na vida posterior”.

Para muitos estudiosos atuais (GIL e LUCAS, 1998; PADILHA e GOMIDE, 2004), porém, a proibição do incesto é devida ao seu conceito invariavelmente relacionado à brutalidade, pois se concretiza sob o aspecto da violência física e/ou mental de um sujeito não plenamente capaz ou de adultos impedidos de exercerem a autonomia sexual. Nesse entendimento, Cohen (2000, p. 212) acredita que incesto representa:

[...] um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido pelo matrimônio. Portanto as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar.

Neste artigo, opta-se pela tratativa do incesto que não corresponde à prática delitiva, pois, na legislação penal brasileira, não há menção ao incesto como crime ou contravenção. No Brasil, lega-se o impedimento do incesto ao abuso (praticado contra crianças e adolescentes – presumindo-se a violência

– e aplicado com o emprego de qualquer espécie de aviltamento)¹. Esclarece-se que somente o arcabouço jurídico cível estabelece impedimentos à realização do ato formal do casamento intrafamiliar.

Dessa forma, apresentam-se, na sequência, os fragmentos do conto erótico delimitado para análise, buscando os (sem-) sentidos da manifestação discursiva do incesto consentido. Acredita-se que, assim como qualquer outra temática, os discursos de justificativa à proibição ou à prática do incesto evidenciam uma ideologia historicamente construída, que perpassa gerações e imprime exigências, como se fossem construções próprias de cada indivíduo assujeitado.

4. OS (SEM-) SENTIDOS DO INCESTO CONSENTIDO

Como se trata de um assunto bastante polêmico, que envolve sujeitos interessados no anonimato para a manutenção de suas condutas, é bastante dificultoso serem encontradas pessoas envolvidas em relacionamentos incestuosos consentidos que estejam dispostas a exteriorizar suas experiências. Diferente do que, mormente, acontece com as vítimas de abusos incestuosos, os indivíduos que se relacionam sexualmente com familiares nem sempre têm interesse em identificarem tal condição.

Entretanto, o que se percebe é que, apesar de todas as possibilidades de repreensão social, a *internet* funciona como um espaço de “confissão” do “ato transgressor”, que busca, através do discurso, justificar e impor novos sentidos à prática do incesto consentido. Então, imbuído da intenção de escolha de um fragmento de conto erótico para análise, este trabalho buscou, em um sítio digital² de Língua Portuguesa, um conto erótico que tematizasse “incesto”.

Após consultas em sítios de busca (utilizando-se dos filtros “contos eróticos” e “incesto”), a procura digital foi direcionada à página inicial do *site* “Acervo de Contos – Os Contos Mais Picantes da Internet”, que apresentava uma caixa de categorias de narrativas possíveis de serem acessadas (entre elas, “cornos, diversos, exibicionismo, fantasias” etc). Logo na parte superior da tela, uma caixa de mensagem possibilitava ao leitor comum o envio de textos, tornando o sítio digital bastante popular.

¹ Especificamente neste trabalho, considera-se a diferenciação entre o que Cromberg (2001) entende por violência sexual incestuosa (praticada por um consanguíneo ou afim plenamente capaz – maior de idade e em normalidade de condições mentais e físicas – contra um sujeito não plenamente capaz ou, se totalmente capaz, utilizando-se de violência implícita ou explícita) e o que se propõe identificar como incesto consentido (relação afetivo-sexual entre parentes que gozam de capacidade físico-intelectual plena, sem qualquer tipo de coação).

²Disponível em: <http://www.acervodecontos.com/incesto/meu-irmao-meu-amante/>. Acesso em: 11 Abr. 2013.



Ao teclar sobre a categoria “incesto”, foram disponibilizados, para leitura e comentários, 144 contos, e, aleatoriamente, escolheu-se pelo acesso à narrativa “Meu irmão, meu amante”. Assim, a seguir, apresentam-se considerações acerca de possíveis (sem-) sentidos atribuídos aos fragmentos da narrativa que aponta a vivência do incesto consentido, parecendo nem simbolizar violência, nem significar qualquer empecilho social.

4.1 Os (sem-) sentidos da identificação dos envolvidos no incesto consentido

Meu nome é Luisa. Sou advogada, 40 anos, sem filhos, divorciada, morena relativamente bonita e muito taluda. Tenho três irmãos: dois são homens de leis, casados [...]. O terceiro e mais novo é surdo e mudo. Estudou até o ensino médio com muita dificuldade. [...] Fiquei observando meu o irmão, jovem bonito inteligente trabalhador mas com as limitações da surdez e da fala. Apaixonado por cavalos e muito trabalhador. [...] meu irmão sem mulher, solteiro, eu divorciada sem homem [...].

Na introdução do conto, o sujeito que discursa sente-se impelido à própria nominalização e à publicidade de sua situação profissional de prestígio, sua idade, sua beleza física, sua descendência e sua situação conjugal, em uma busca de empatia do interlocutor. Isso porque a identificação como uma mulher “vívda” (advogada, 40 anos, divorciada), cria um sentido de aceitação ao que se pretende defender (afinal, parece não se tratar de uma pessoa desprovida de cultura ou de experiência).

Ao apresentar seus irmãos, o sujeito (“Luísa”) retoma a simbologia de legitimidade ao dizer que “dois são homens de leis”, ou seja, faz emergir uma tentativa de tornar inquestionável a ideia da aceitação do incesto. Além disso, a própria descrição do parceiro da prática incestuosa (“estudou até o ensino médio com muita dificuldade” e “apaixonado por cavalos e muito trabalhador”) também busca reafirmar que se trata de pessoas plenamente inseridas em uma dinâmica de normalidade moral e social.

Dessa maneira, percebe-se que o sentido castiço de transgressão moral provocado pela violação do tabu, (que faz com que os indivíduos envolvidos na quebra de um interdito se tornem, eles próprios, outros tabus), tem seu efeito esgotado pela construção das identificações dos elementos envolvidos na prática. A significação do transgressor é exaurida, porque não corresponde ao modelo canônico imposto aos violadores de regras tabuístas, tornando-se, portanto, sem-sentido.



Ressalta-se que a limitação física do irmão-parceiro (“o terceiro e mais novo é mudo e surdo”) não corresponde a impedimento à plena capacidade, pois as demais características do irmão desconstruem a ideia de fragilidade ou hipossuficiência física. Isso porque outros qualificadores mostrados no decorrer do texto (“meu irmão [...] trabalha nas fazendas”, “transformei-o no cowboy”) promovem um sentido de força e poder ao homem que, assim, seria capaz de reação a uma ameaça considerada.

4.2 Os (sem-) sentidos do início da vivência e da prática reiterada do incesto consentido

Há cerca de 7 anos [...]. Sem opção de férias, fui para a fazenda com meu pai e meu irmão. Meu pai gostou muito disso pois ninguém dá importância para suas fazendas, cavalos gado lavouras, só meu irmão mais moço trabalha nas fazendas, que cria cavalos de raça , gado de corte e planta lavouras de soja, milho e feijão.[...] A vida lá é rotineira e meu pai logo quis voltar para a cidade [...]. À medida que os dias passavam fui ficando entediada pela falta do que fazer e com uma vontade louca de transar. Decidi que iria unir o útil ao agradável: [...] iria seduzí-lo para transar. Estava decidida. Por volta das duas da tarde [...] convidamos para um passeio pelas matas e pelo riacho. [...] Passamos a dormir juntos ?namorar? e começamos um relacionamento de marido e esposa. [...] Num sábado, levei-o à cidade de aquele banho de loja [...]. Transformei-o no cowboy mais lindo e gostoso do Brasil. Viramos namorados, amantes, marido e mulher.

Ao contextualizar, discursivamente, o início da vivência do incesto consentido, o sujeito enunciativo se propõe a identificar uma condição de autonomia de vontades maculada somente pela ausência de outras alternativas de comportamento. O sentido que se atribui, então, à prática do incesto plausível sobre uma essência bucólica, que parece tornar legítima a condição biológica do ser humano que, em contato mais direto com a natureza, pode se animalizar.

Ao tornar a prática sexual uma manifestação reiterada, os indivíduos apresentados no conto desconstruem os sentidos da proibição do incesto, pois não significam mais, a eles mesmos, as figuras de irmã e irmão, passando à constituição simbólica “de marido e esposa”. Tem-se, novamente, a imputação de um sem-sentido à experiência, pois, se os praticantes do incesto consentido não mais se identificam como consanguíneos, torna-se infundado o significado da situação.



4.30s (sem-) sentidos dos impedimentos à relação incestuosa consentida

Temos uma vida linda apesar de não podermos declarar publicamente nosso amor e nossa condição. Viajamos muito como marido e mulher vamos a rodeios, exposições, leilões de gado e cavalos, praias. Pelo que percebo todo mundo já sabe mas ninguém toca no assunto e também não podemos assumir nosso caso porque minha mãe jamais admitiria mas na falta dela não tenho a menor dúvida vamos viver sob o mesmo teto. Nosso grande problema é o risco de uma gravidez mas tomo os devidos cuidados.

Tem-se que, ao “falar” pelo “casal” (empregando o uso dos plurais “temos uma vida linda”, “viajamos muito”, “nosso grande problema”), o sujeito narrador reafirma a ausência de impedimentos internos ao relacionamento, legando ao exterior as proibições de se tornar público o relacionamento incestuoso. Os sentidos da não vivência plena da experiência afetivo-sexual tornam-se esgotados com a afirmação de que “pelo que percebo, todo mundo já sabe mas ninguém toca no assunto”.

Além disso, esvaem-se os sentidos da condição silente do ato transgressor, pois a própria narradora esclarece que “na falta dela [sua mãe] não tenho a menor dúvida vamos viver sob o mesmo teto”. Também, em decorrência do acesso a meios profiláticos, a mesma Luísa parece tornar sem-sentido a proibição do incesto em virtude da potencialidade de problemas genéticos a descendentes, ao esclarecer que “nosso grande problema é o risco de gravidez mas tomo os devidos cuidados”.

Percebe-se que, mesmo na análise de somente um fragmento de uma narrativa erótica escolhida para a análise, parecem inesgotáveis as interpretações do discurso do incesto consensual. Assim, acredita-se que este trabalho corresponde a apenas uma introdução ao estudo dos (sem-) sentidos da prática incestuosa consentida que, como inúmeros outros tabus, também adquire novas significações na dinâmica das relações humanas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta produção, fundamentada por meio da teoria linguística da Análise do Discurso, apresenta uma introdução ao estudo dos (sem-) sentidos do incesto consentido, identificando-o como a prática, sem violência real ou presumida, de experiências sexuais entre familiares (consanguíneos e afins). Para tanto, ponderou, inicialmente, os fundamentos históricos e conceituais da linguagem, da Análise do Discurso e do discurso, refletindo sobre ideologia, assujeitamento e significado.



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

Com intenção de pesquisar significações da prática do incesto consentido, apresentaram-se considerações psicanalíticas e etnológicas que respaldam a formação histórica dos tabus e, especificamente, a construção do impedimento ao incesto. Analisando fragmentos de um conto erótico de temática incestuosa, escolhido em sítio digital de Língua Portuguesa, mostraram-se possíveis (sem-) sentidos atribuídos à manifestação discursiva de um relacionamento sexual entre irmãos.

Tem-se, pelo analisado, que a atribuição de novos sentidos discursivos à prática do incesto consentido ou a percepção do esgotamento de significados à proibição desse tabu humano são passíveis de serem consideradas pela Análise do Discurso. Entende-se, também, que os discursos que propagam a violação ao interdito do incesto não correspondem, ideologicamente, à negativa dos ideais do tabu da proibição, mas fundam novos significados, aprimorando-se como se aprimoram as formas de produção.

Constatou-se que os sentidos e os sem-sentidos atribuídos, discursivamente, à manifestação da prática incestuosa consentida estão em evidente transposição, assim como estiveram muitos outros tabus sociais que, questionados e refletidos, foram legados, à posteridade, como exemplos de intolerância. Assim, os fragmentos do conto analisado permitiram a constatação de que, assujeitados pela ideologia, os indivíduos perpetuam discursos e práticas como se os fenômenos simbolizassem por eles mesmos.

Os (sem-) sentidos da identificação dos envolvidos, do início da vivência, da prática reiterada e dos impedimentos ao incesto consentido mostram certa inquietação simbólica na transgressão de um dos mais intrigantes tabus da humanidade. Destarte, o interdito que, na origem da civilização, parecia corresponder a um impeditivo irrestrito, já se mostra com apelo à consideração relativa, comprovando que a única característica imutável do ser humano é sua mutabilidade ideológica, percebida nas práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COHEN, C. O incesto. In: AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. de A. (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.

CROMBERG, R. U. *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. 1910. Disponível em: <http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Cinco-licoes-de-psicanalise-Leonardo-da-Vinci-e-outros-trabalhos>. Acesso em: 12 Abr. 2013.

_____. *Totem e tabu e outros trabalhos*. 1950. Disponível em: <http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Totem-e-tabu-e-outros-trabalhos>. Acesso em: 12 Abr. 2013.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GIL, M. J.; LUCAS, P. A maternidade na adolescência num contexto de abuso sexual na família. *Revista Análise Psicológica*, Lisboa, v. 3, n. XVI, 1998, p. 385-392.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 6. ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A leitura e os leitores possíveis. In : ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998, p. 07-24.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012-A.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012-B.

PADILHA, M. G. S.; GOMIDE, P. I. C. Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 9, n. 1, 2004, p. 53-61.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

ROCHA NETO, Eusvaldo. O discurso determinista no filme “O senhor das armas”. In: RODRIGUES, Marlon Leal (org.). *Análise do discurso na graduação: teoria e prática*. Dourados, MS: Nicanor Coelho Editor, 2011.